

AL NOTÍCIAS



Impresso Especial

95143 7 2007 DR. SC
AL FGC

... CORREIOS ...

Distribuição gratuita

Japoneses inovam na refrigeração de células vivas

Página 4 e 5

Deputados apuram destino de agências do BESC

Página 6

Perda total de veículos ganha novas regras para seguradoras

Página 7

Parlamento combate violência e pedofilia

Deputados rejeitam veto governamental, garantindo vigilância eletrônica nos estádios; proposta que cria controle nas *lan houses* já é lei em Santa Catarina

Eduardo Guedes de Oliveira



Parlamentares aprovam normas de segurança das casas que exploram acesso à internet para evitar o uso da rede com fins criminosos

Página 6

Balanço como governador

Eduardo Guedes de Oliveira



Presidente Jorginho Mello relata experiência no Executivo

O presidente da Assembleia Legislativa, deputado Jorginho Mello, retomou o comando do Parlamento dia 20, depois de permanecer 11 dias à frente do Executivo estadual. Antes de transmitir o cargo para o vice-governador Leonel Pavan, ele apresentou o Projeto de Lei Complementar nº 52/09, que institui 19 regiões metropolitanas no Estado, para facilitar aos municípios o acesso a verbas do governo federal.

Página 3

Parlamento presta homenagem aos médicos catarinenses

Eduardo Guedes de Oliveira



Deputados Jailson, Aguiar e Venzon com Júlio Doin Vieira

Páginas 4 e 5

Segurança Pública cria comissão para negociar com servidores

Página 6

OPINIÃO

A tecnologia da aproximação

É comum que durante um trajeto as pessoas se esqueçam, mesmo que por um minuto, o destino. Seja pela beleza do caminho, pela escolha da estrada ou pelas dificuldades encontradas. E se pensarmos na caminhada de um político, longa e cheia de obstáculos, veremos que muitas vezes, o objetivo se perde nos meandros da política partidária, da gestão de problemas, das obrigações.

E qual seria o destino na caminhada de um político? A resposta é básica: representar as pessoas de sua comunidade. Mas como um político pode representar as vontades e os anseios das pessoas que o escolheram para liderar? Outra resposta básica: ouvindo, debatendo, provendo de informação.

Nos dias atuais, a tecnologia pode ser uma grande aliada dos políticos abertos às novidades. Recentemente, lancei mão de um espaço no Twitter, o miniblog que virou mania no mundo. A partir

e através dele, tenho me aproximado de eleitores, políticos e imprensa. Tenho usado este espaço para prestar contas do que estou fazendo, de minhas viagens e das posições que tomo na Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina.

Meus seguidores, como são chamadas as pessoas que acompanham alguém no Twitter, sabem onde estou, o que estou fazendo e com quem. Além disso, ficam sabendo o que penso a respeito dos mais variados assuntos e podem expressar suas opiniões, sem censura e em público.

Há perigo nisso? Talvez, mas o maior perigo para um político é o afastamento. Não existe representação com isolamento. Vale aqui, colocar mais uma informação básica: o político é um homem público.

Como o tempo é pouco para estarmos em contato com os 293 municípios do estado, a tecnologia

e a internet se constituem ferramentas de aproximação, onde se pode discutir a sociedade com a sociedade.

Em minha viagem aos Estados Unidos, entre os dias 11 e 18 de outubro, pude manter meu público informado sobre as visitas que fiz e os exemplos que colhemos na Flórida. Através do Twitter e de meu site, fotos, vídeos e muitas informações aproximaram os internautas de nossas atividades na América do Norte.

Há promoção nisso? Sim, há a promoção do político presente, do político aberto ao debate. Acho, sinceramente, que todos nós, homens públicos, deveríamos usar o Twitter e a internet como instrumentos de aproximação, como canal para o diálogo com a sociedade, sem medo, sem filtros, sem distanciamento.

Deputado Kennedy Nunes (PP)

Ouro para o esporte

O Brasil será palco das duas maiores competições esportivas do planeta: a Copa do Mundo, em 2014, e as Olimpíadas de 2016, no Rio de Janeiro. Teremos uma visibilidade no plano internacional como nunca houve antes. Caberá a nós provarmos a nossa eficiência para mais de 4 bilhões de pessoas que acompanharão estas disputas. Mas, o mais importante, teremos oportunidade de mudar paradigmas.

Até hoje o esporte foi encarado com amadorismo, tanto pelas autoridades quanto pelos dirigentes esportivos. Dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas (IBGE) mostram que nos últimos dez anos a economia que gira ao redor do esporte vem crescendo 10,86% ao ano enquanto a economia brasileira cresceu 3,2%.

Cálculos mostram que as atividades esportivas movimentam quase 20 bilhões de dólares por ano. O futebol é o carro-chefe

desta atividade econômica. No mundo ele movimenta cerca de 250 bilhões de dólares anuais, mas apenas 1% desse total acontece em solo brasileiro. No Brasil, os agentes diretos, como clubes e federações, e indiretos, como indústrias de equipamentos e a mídia, geram 300 mil empregos diretos.

No entanto, as maiores esperanças estão voltadas para as Olimpíadas do Rio, pois poderão representar um novo alvorecer para a cidade maravilhosa assim como aconteceu com Barcelona, nas Olimpíadas de 1992. Dentro dos próximos sete anos serão investidos cerca de R\$ 23 bilhões na infraestrutura do Rio de Janeiro, permitindo melhorias fantásticas para os moradores e turistas. Estudo encomendado pelo Ministério do Esporte calcula que serão criados ao redor de 120 mil empregos por ano.

Mas a maior revolução deverá

ocorrer nos destinos do esporte amador brasileiro. Para alcançarmos mais medalhas, será preciso um engajamento maciço da juventude nas atividades esportivas. Para isso se concretizar, é necessário um projeto sério e profissional de incentivo à prática de esporte, viabilizando o surgimento de novos atletas.

Poderemos obter a medalha de ouro da cidadania se daqui a sete anos todos os jovens tiverem condições de praticar o esporte de sua predileção. Isto fará um grande bem à nossa auto-estima e à nossa economia. Por outro lado, mais esporte significa um mundo com menos violência. O ex-pugilista Éder Jofre afirma que "onde se constrói um ginásio hoje, é uma cadeia a menos no futuro". Portanto, não podemos desperdiçar esta oportunidade que vale ouro.

Deputado Darci de Matos (DEM)



Deputados Ada Faraco de Luca e Valmir Comin prestigiam artista

Exposição apresenta fotografias de médico italiano

Foi aberta dia 20, às 19 horas, a exposição "Attraverso", do artista plástico Michele Angelillo. As fotografias do italiano ficaram expostas na Galeria de Arte Meyer Filho, na Assembleia Legislativa, até o dia 23. Angelillo nasceu e vive em Nápoles, na Itália. É formado em medicina, com especialização em Radiologia, e atualmente é respon-

sável pelo Centro de Radiologia do Hospital San Giovanni Bosco.

Nesta mostra, o médico apresentará ao público fotografias do cotidiano, a maioria delas em preto e branco, retratando situações e aspectos peculiares e insólitos flagradas em inúmeras viagens. Ele utiliza raios X como uma de suas técnicas.

[AGENDA]

- **Dia 26, 19h:** Ato solene em homenagem à Igreja Evangélica de Confissão Luterana do Brasil
Local: Auditório Antonieta de Barros
- **Dia 26, 19h:** Comissão de Educação - Audiência pública "Vale-cultura e Supersimples"
Local: Plenarinho Paulo Stuart Wright
- **Dia 27, 19h:** 3º Encontro de Corais da Alesc
Local: Auditório Antonieta de Barros
- **Dia 28, 8h30min:** Comissão de Agricultura - Audiência pública para apresentar o Projeto Microbacias 2
Local: Plenarinho Paulo Stuart Wright
- **Dia 28, 15h:** Comissão de Saúde - Audiência pública para debater o uso de drogas
Local: Plenarinho Paulo Stuart Wright
- **Dia 28, 19h:** Sessão especial em homenagem à Associação de Entidades Filantrópicas de Santa Catarina - Assef/SC
Local: Plenário
- **Dia 29, 14h:** Audiência Pública "O trabalho infantil em SC e no contexto Brasil" SafadfafdsC
Local: Auditório do Tribunal de Contas
- **Dia 29, 19h:** Sessão especial em homenagem ao centenário da Sociedade Divina Providência Hospital Santa Isabel - Blumenau
Local: Plenário

Mesa



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA
DO ESTADO DE SANTA CATARINA

Presidente: Jorginho Mello (PSDB)

1º Vice-Presidente: Gelson Merísio (DEM)

2º Vice-Presidente: Jailson Lima da Silva (PT)

1º Secretário: Moacir Sopelsa (PMDB)

2º Secretário: Dagomar Carneiro (PDT)

3º Secretário: Valmir Comin (PP)

4º Secretário: Ada Faraco De Luca (PMDB)

Assembleia na internet: <http://www.alesc.sc.gov.br>

Tiragem: 8 mil exemplares

Impressão: Diário Catarinense/Distribuição Gratuita

Diretoria de Comunicação Social

AL NOTÍCIAS

Diretora de Comunicação Social: Lúcia Helena Vieira

Coordenadora de Imprensa: Tayana Cardoso de Oliveira

Edição: Sandra Annuseck e Cleia Maria Braganholo

Diagramação e Artes: Rafael dos Santos e Tiago Fontão Alexandre

Órgão informativo semanal do Poder Legislativo de Santa Catarina
Rua Jorge Luz Fontes, 310 - 88020-900 - Florianópolis - SC

CRÍTICAS E SUGESTÕES

Fone: (48) 3221-2750 - Fax: (48) 3223-7021

imprensa@alesc.sc.gov.br

Chefe de Redação: Rubens Vargas

Reportagens: Andreza Matos de Souza, Denise Arruda Bortolon Montagna, Evelise Nunes, Graziela May Pereira, Rose Mary Paz Padilha, Rodrigo Viegas, Scheila Dziedzic e Tatiani Magalhães

Edição de notícias do site: Andrea Leonora

Chefe da Fotografia: Jonas Lemos Campos

Fotografia: Alberto Neves, Carlos Kilian, Cleber Latrônico, Eduardo Guedes de Oliveira, Jonas Lemos Campos, Miriam Zomer e Solon Soares

Relações Institucionais: Edna Schumacker, Fabiana Faria, Fernanda de Bem Urban, Jamile Machado, Karina Azevedo das Neves, Luciano de C. Oliveira e Maria do Carmo Kravchychyn

Clipagem: Flávia Jacome, Luiz Firmino Hames Jr e Moacir Cardoso

Expedição: Celso João da Rocha, Marco Apolo de Freitas, Mônica Meyer e Simone M. Alves

INSTITUCIONAL

Jorginho Mello reassume presidência do Parlamento catarinense

Antes de transmitir comando do Executivo ao vice-governador Leonel Pavan, deputado apresenta projeto de lei que institui 19 regiões metropolitanas no Estado

Denise A. B. Montagna

Após 11 dias à frente do governo do Estado, o presidente da Assembleia Legislativa, deputado Jorginho Mello (PSDB), transmitiu dia 20 o cargo ao vice-governador Leonel Pavan (PSDB).

Antes de entregar o cargo, o presidente encaminhou à Assembleia Legislativa o Projeto de Lei Complementar nº 52/09, que institui 19 regiões metropolitanas no Estado, para facilitar aos municípios o acesso a verbas do governo federal.

Pelo projeto, cada região metropolitana abrangerá cerca de 1,5 % do total da população catarinense, que poderá aquecer a economia dos municípios e trazer outras vantagens. "Vou fazer um esforço para criar as regiões metropolitanas. A proposta de estabelecer 19 regiões foi feita de forma muito decente, prestigiando os maiores municípios", justificou.

No período em que esteve no Executivo, Jorginho Mello apresentou dois projetos de lei, uma medida provisória e seis projetos de lei complementar, além de sancionar seis novas leis.

Entre as leis sancionadas está a de número 14.876/09, de sua autoria, que prevê o uso de 0,3% do Fundo Social para o financiamento de bolsas de estudo integral em instituições de ensino superior do sistema Acafe e particulares, aprovado em tempo recorde, 24 horas, por



Eduardo Guedes de Oliveira

Em entrevista coletiva, presidente Jorginho Mello faz balanço dos 11 dias em que esteve à frente do governo do Estado

unanimidade, transformada na Lei nº 14876/09.

A porcentagem equivale a aproximadamente R\$ 10 milhões por ano e permitirá que mais 5.500 alunos se formem a cada quatro anos.

"Não pedi nada aos demais parlamentares. A aprovação por unanimidade, em tempo recorde, demonstra que, quando se tem vontade política, as coisas são resolvidas rapidamente", comentou.

"Gostei muito da interinidade"

Para Jorginho Mello, o período à frente do Executivo foi uma homenagem do governador Luiz Henrique da Silveira (PMDB) e do vice-governador Leonel Pavan, aos 40 parlamentares.

"Tive o privilégio de ser o presidente desta Casa e de ser o governador e quero dividir esta

honra com os outros 39 deputados. Gostei muito da interinidade, ser governador deste estado é apaixonante", declarou.

Ele comentou que mesmo com a perna fraturada, após uma queda em Campos Novos, no dia 12 de outubro, conseguiu honrar todos os compromissos

da agenda do governador e fez um elogio ao atual governo.

"Nunca houve um governo tão empreendedor. Todos os acessos aos municípios estão sendo asfaltados, além da construção de centros multiuso nas cidades", exemplificou.

O inventário da atuação à frente do Executivo estadual

Projetos apresentados

- **Projeto de Lei Complementar nº 45/09, que modifica a estrutura da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico Sustentável;**

- Projeto de Lei Complementar nº 46/09, que regulamenta a licença maternidade e da licença paternidade aos militares estaduais;

- **Projeto de Lei Complementar nº 47/09, que dispõe sobre a aplicação de normas para a apreciação de processos de aposentadoria dos servidores públicos estaduais.**

- Projeto de Lei Complementar nº 48/09, que trata da divulgação em sites, listas telefônicas, no Diário Oficial do Estado e demais meios de comunicação

da denominação Imprensa Oficial e Editora do Estado de Santa Catarina,

- **Projeto de Lei Complementar nº 49/09, que dispõe sobre a criação da Gerência de Turismo, Cultura e Esporte na Secretaria de Desenvolvimento Regional de São Joaquim;**

- Projeto de Lei nº 425/09, que cria o Programa Cem Cópias Sem Custo, de incentivo à produção literária e cultural;

- **Medida Provisória nº 161/09, que trata de uma operação de crédito do Estado junto ao Banco do Brasil, num total de R\$ 50 milhões, que será feito em débito em conta.**

Leis sancionadas

- Lei estadual nº 14.876/09, que destina 0,3% do Fundo Social para bolsas de estudo superior em instituições do Sistema Acafe e particulares;

- **Lei estadual nº 14.874/09, que proíbe o fumo em ambientes fechados em Santa Catarina;**

- Lei estadual nº 14.871/09, que garante a distribuição gratuita de protetores solares aos portadores de câncer de pele;

- **Lei estadual nº 14.870/09, que assegura as cirurgias de laqueadura e vasectomia gratuitamente nos hospitais e maternidades da rede pública;**

- Lei estadual nº 14.872/09, que cria o Conselho Estadual da Juventude em Santa Catarina;

- **Lei estadual nº 14.873/09, que institui o dia 1º de outubro como Dia Estadual de Combate ao Crack.**

INSTITUCIONAL

Associação Soka Gakkai divulga ações na Assembleia



Alberto Neves

Organização não-governamental filiada à ONU trabalha pela promoção da paz e do respeito humano

Rose Mary Paz Padilha

Integrantes da Associação Brasil Soka Gakkai Internacional (BSGI) – uma associação que visa à promoção de valores, como a paz e o respeito humano – comemoram no dia 19 a instituição do Dia Estadual da BSGI, que reúne em Santa Catarina cerca de 1.600 membros e mais de 12 milhões de pessoas em 192 países. O projeto, transformado em lei, é de autoria do deputado Jean Kuhlmann (DEM), que foi também o proponente do evento ocorrido no auditório Antonieta de Barros, na Assembleia Legislativa.

Um vídeo institucional mostrou ao público um pouco do trabalho desenvolvido pela Soka Gakkai Internacional (SGI), uma organização não-governamental filiada à Organização das Nações Unidas (ONU), fundada em 1930 no Japão, que promove atividades como exposições, intercâmbios culturais, oficinas educacionais, além de esforços humanitários para o bem-estar social, com o ideal da

educação pela cidadania global. Seus programas são inspirados na filosofia humanística do budismo Nitiren Daishonin. Seus principais conceitos são a dignidade e a igualdade inerentes a todos os seres humanos; a unidade da vida e seu meio ambiente; o interrelacionamento das pessoas que fazem do altruísmo o caminho viável para a felicidade pessoal; o potencial ilimitado de cada pessoa para a criatividade e o direito fundamental de cultivar o auto-desenvolvimento por meio de um processo de reforma automatizada chamada de “revolução humana”.

A noite foi de diversas homenagens. O deputado Jean entregou ao responsável pela associação em Santa Catarina, Marcos Camargo, uma placa com a lei que institui o dia da BSGI no Estado. Entregou ainda uma moção de cumprimento ao vice-presidente da BSGI, Mário Horikawa, que falou da honra em receber a homenagem e leu uma mensagem enviada do Japão pelo presidente da Soka Gakkai Internacional, Daisaku Ikeda, que

classificou como de alta consideração a iniciativa do parlamentar de criar o Dia Estadual da Soka Gakkai. Jean Kuhlmann, que também recebeu homenagens, disse que o dia 19 de outubro passa a fazer parte do calendário oficial do Estado e que a data sempre será comemorada. “Instituir esta data é uma forma de dizer a todos que esta entidade merece apoio e respeito pelo trabalho digno, intenso e virtuoso que desenvolve em diversas áreas, como educação e cultura”, declarou.

A noite teve ainda apresentação cultural de música e dança, e leitura da proposta anual de paz feita pelo presidente da SGI, Daisaku Ikeda: “Em direção da competição humanitária: uma nova corrente na história”. Ao analisar a crise econômica global, Ikeda questiona o amor abstrato da humanidade pelo dinheiro, convocando para uma concentração nas necessidades reais de pessoas reais e enfatizando a necessidade do fortalecimento das redes de segurança social.

Saiba mais

A Associação Brasil Soka Gakkai Internacional (BSGI) foi fundada em 1960 por Daisaku Ikeda. Nessas quase 40 anos de existência tem promovido exposições, intercâmbios com universidades e museus, entre outras atividades nas áreas da educação e da cultura. Desde 1991, a BSGI

proporciona a aproximação da Universidade Soka, do Japão, com instituições educacionais do país, com o objetivo de estimular o intercâmbio acadêmico entre os alunos. Também contribui com doações de livros a universidades brasileiras e desenvolvimento de pesquisas ecológicas

voltadas à preservação do meio ambiente. No âmbito individual promove atividades entre seus associados para trocar conhecimentos, inclusive com visitas familiares, buscando o mútuo incentivo para que cada pessoa possa vencer suas dificuldades diárias.

Legislativo presta homenagem aos médicos catarinenses

Vinte e um profissionais recebem placa simbolizando reconhecimento da Assembleia Legislativa pelo trabalho prestado à sociedade catarinense

Tatiani Magalhães

O Dia do Médico, comemorado oficialmente em 18 de outubro, foi marcado por sessão solene realizada dia 19 no Parlamento. Requerida pelo deputado Antônio Aguiar (PMDB), a solenidade homenageou os médicos, em especial de Santa Catarina, pela dedicação ao exercício da profissão com humanismo, responsabilidade e ética profissional.

Na condição de homem público e médico, Aguiar ressaltou que a singela homenagem buscou incentivar, através do reconhecimento, o trabalho da categoria que atualmente ainda enfrenta desafios para tentar oferecer o que há de melhor para a saúde da população. “Na minha atuação como parlamentar, busco lutar por melhorias na área da saúde, pois esta é a Casa dos catarinenses e aqui podemos reivindicar por ações melhores”, frisou.

Os deputados Jailson Lima (PT) e Serafim Venzon (PSDB), também médicos, falaram sobre a profissão e seus desafios. Segundo Jailson, cada ser humano pratica uma ação, porém o médico tem uma responsabilidade muito grande, uma vez que muitos estão depositando toda confiança e esperança de cura em seu trabalho.

Venzon ressaltou que, além da possibilidade de ajudar o necessitado, o médico é visto como um homem bom, capaz de aliviar o sofrimento de pacientes e familiares. “É com muito orgulho que o Legislativo presta essa ho-



Eduardo Guedes de Oliveira

Requerida pelo deputado Antônio Aguiar, solenidade reúne deputados-médicos, Jailson Lima e Serafim Venzon, e representantes da classe profissional

menagem a todos os profissionais da medicina em Santa Catarina”, acrescentou.

Diante de autoridades, familiares e sociedade civil, 21 médicos de diferentes municípios indicados pela Associação Catarinense de Medicina (ACM), Sindicato dos Médicos de Santa Catarina (Simesc) e Conselho Regional de Medicina (Cremesc) receberam do Legislativo uma placa simbolizando o reconhecimento e gratidão pelo trabalho prestado à sociedade catarinense. “As entidades indicadoras dos homenageados formam o Conselho Superior das Entidades Médicas de Santa Catarina (Cosemesc), e os médicos aqui presentes representam toda a categoria”, lembrou Aguiar.

Em nome do Simesc, Ciro Veiga Soncini comentou que o sindicato é um forte mecanismo que viabiliza as conquistas do amanhã. “Buscamos construir o possível para favorecer à classe, atribuindo a ela condições

melhores de trabalho e, conseqüentemente, conquistando benefícios para a saúde”, comentou. Genoir Simoni, no momento representando a ACM, aproveitou a oportunidade para reivindicar que a profissão seja regulamentada no Brasil. “É com muito esforço que o médico do século XXI realiza seu trabalho, porém obstáculos como a regulamentação do registro de médico no país prejudicam a classe e seus avanços”, acrescentou.

Representando o Cremesc, Rodrigo Bertoncini mencionou os avanços tecnológicos ao longo dos anos e o progresso da medicina. Declarou que, comprometido com o paciente, o médico busca todos os recursos disponíveis para salvar vidas, por isso tem a missão de “aliviar as dores sempre, curar quase sempre e consolar sempre”. Também presente à sessão especial a secretária de Saúde em exercício, Carmen Zanotto.

Participação no Encontro Luso-Brasileiro

Na condição de representante do Poder Legislativo, a deputada Ana Paula Lima (PT) relatou durante a sessão ordinária dia 20 sua participação no I Encontro Luso-brasileiro, realizado na última semana na Universidade de Lisboa, em Portugal. A parlamentar avaliou o encontro como um intercâmbio de conhecimento e experiências na área tributária e carreira do fisco entre Brasil e Portugal.

De acordo com Ana Paula, a morosidade do sistema judiciário foi um dos temas abordados por ser polêmico. Existem casos

em que uma execução fiscal tramita mais de 10 anos, acarretando aborrecimentos para o contribuinte e deixando o Estado em situação precária. Além de pontos negativos, assuntos como o sucesso que a nota fiscal eletrônica vem atingindo foram positivamente mencionados. “O documento substituiu a sistemática atual da emissão do documento fiscal em papel, reduzindo gastos e aumentando a segurança”, citou.

Na visão da parlamentar, o primeiro encontro foi pautado por conteúdos acadêmicos e contou com a presença de mestres e doutores. “Entre eles, o catarinense Fabiano Dadan Nau, presidente do Sindifisco, que a partir de uma boa estrutura sindical vem atuando com debates extremamente profícuos nas transformações do estado Brasileiro”.

Ao finalizar seu pronunciamento, a parlamentar repassou a mensagem do ministro do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, Patrus Ananias: “Não há políticas sociais sem o trabalho dos auditores fiscais”.



Ana Paula avalia reunião com intercâmbio na área tributária



Mirian Zomer

Norio Owada ao lado de Reno Caramori, que acompanha visita da comitiva

Tecnologia para células vivas

Uma nova tecnologia está revolucionando o sistema de refrigeração para carnes, frutas, hortaliças, leite, sucos, flores e órgãos humanos para transplante. O “sistema de células vivas”, como é denominado a nova tecnologia, foi tema de palestra, dia 21, do presidente da ABI Company LTD, do Japão, Norio Owada. A palestra teve o apoio da Assembleia Legislativa, por intermédio do deputado Reno Caramori (PP).

De acordo com Norio Owada, a nova tecnologia funciona como um micro-ondas ao inverso, ou seja, o objeto a ser congelado é atingido com um forte campo magnético e outros tipos de energia. Esse campo mantém o creme de leite na forma líquida, mesmo com as temperaturas despencando. Quando o campo é desligado, o creme (ou qualquer outro produto) é imediatamente congelado, sem tempo para a formação de cristais de gelo. “São esses cristais que tiram a textura e o sabor dos alimentos. Trabalhei 40 anos nesse sistema até chegar nesse resultado. A minha primeira tentativa foi com o chantilly, técnica muito difícil”, disse.

O processo permite armazenar os produtos saudáveis por meses. Owada ainda afirmou que a sua tecnologia devolve o frescor e o estado natural dos alimentos. “Hoje em dia, alcançamos um nível que qualquer chefe do mundo afirmaria que o alimento utilizado nesta tecnologia é natural, fresco e não

congelado. Minha maior prioridade é remover as barreiras, tanto de tempo como de distância”, completou.

Com a tecnologia desenvolvida pelo engenheiro, os produtos desenvolvidos em Santa Catarina poderão ser distribuídos para o mundo todo com a mesma qualidade de quando foram colhidos. Segundo Owada, a tecnologia resultará em resultados mais positivos aos produtores locais, aumentando a renda dos trabalhadores da atividade primária. “O que eu quero é que as pessoas que vivem da agricultura ou da pesca se revitalizem. A ideia é que os produtores agreguem valores aos seus produtos e que eles possam permanecer no campo”.

Como agregador de valores, o presidente da ABI Company sugeriu a instalação de fábricas de processamento para que esses alimentos possam ser entregues ao consumidor final pronto para consumo.

A técnica também está sendo desenvolvida, em conjunto com várias universidades, para a conservação e revitalização de órgãos. “Ainda estamos em estudos, mas acredito que em poucos anos já será possível preservar um órgão durante mais tempo”. Atualmente os órgãos armazenados no gelo podem ficar no máximo cinco horas (coração) e de seis a 12 horas (fígado). Cada congelador custa de 100 mil a 3 milhões de dólares.

Inovação aliada à indústria

A comitiva de empresários japoneses, que visitou diversos municípios, esteve dia 22 na Assembleia Legislativa e fez diversos elogios ao desenvolvimento de Santa Catarina, principalmente na produção de alimentos.

Por solicitação do deputado Caramori, que acompanha a visita da comitiva em Florianópolis, durante 10 minutos a sessão plenária foi suspensa para que Norio Owada se pronunciasse. Owada falou sobre a nova técnica revolucionária de congelamento de alimentos.

Sobre a produção de alimentos em Santa Catarina, Owada e os demais empresários já percorreram 1.800 quilômetros em diversas regiões e visitaram algumas empresas. O pesquisador afirmou que Santa Catarina produz a alimentos em grande quantidade, com diversidade de produtos e água em abundância e que, com essa tecnologia que foi resultado de 40 anos de pesquisas, o Estado poderá exportar alimentos para o mundo todo, mantendo sua qualidade e características originais.

Finanças pede explicações sobre fechamento de agências do BESC

Deputados querem informações da superintendência regional do Banco do Brasil sobre anúncio de que 68 unidades serão incorporadas pela instituição financeira em pequenos municípios



Alberto Neves

Comissão também aprova projeto que reajusta os subsídios do quadro funcional do Ministério Público Estadual

CCJ autoriza pós-graduação no Ministério Público

A proposta do Ministério Público de Santa Catarina (MP/SC), que dispõe sobre a criação do estágio de pós-graduação na instituição, foi aprovada, por unanimidade, na reunião da Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) no dia 21, presidida pelo deputado Romildo Titon (PMDB). Denominado MP-Residência, o programa é destinado aos bacharéis em Direito que estejam cursando pós-graduação, mestrado ou doutorado.

De acordo com o procurador-geral de Justiça do MP, Gercino

Gerson Gomes Neto, o estágio de pós-graduação tem por objetivo integrar o profissional à rotina da instituição, familiarizando-o com o trabalho desenvolvido no dia a dia do órgão. Também foi aprovado o Projeto de Lei Complementar nº 42/09 alterando dispositivo da Lei Complementar nº 197, de 2000, que institui a Lei Orgânica do Ministério Público.

Créditos tributários

Por considerar a Medida Provisória nº 160/09 complexa, os

membros da CCJ concederam tempo para que o secretário da Fazenda em exercício, Pedro Mendes, explicasse a iniciativa do Executivo. A MP dispõe sobre a adoção de medidas para facilitar a liquidação dos créditos tributários inscritos em Dívida Ativa e a maior eficácia na sua cobrança. Segundo o secretário, a MP tem três grandes focos, sendo eles: descongestionar o Poder Judiciário e a Procuradoria Geral do Estado por meio do perdão de cerca de 60 mil empresas com dívida inferiores a R\$ 5 mil.

A Comissão de Finanças e Tributação aprovou, dia 21, requerimento cobrando explicações do Banco do Brasil sobre a decisão de fechar 68 agências do BESC, que serão incorporadas pelo banco em pequenos municípios onde existe uma agência do BB. O anúncio foi feito pelo superintendente de instituição em Santa Catarina, José Carlos Reis da Silva.

De autoria do deputado José Natal Pereira (PSDB), a solicitação quer o comparecimento na Assembleia, em data a ser definida, do superintendente para esclarecimentos. "Queremos saber quais os critérios para o fechamento, se as agências do BB têm espaço físico e condições de abrigar os funcionários do BESC que serão fechadas e que o BB promete deslocar para as suas agências, e se haverá demissão incentivada", questionou. Por sugestão do deputado Renato Hinnig (PMDB), a reunião será conjunta com a Comissão de Economia, Ciência, Tecnologia, Minas e Energia.

Reajuste MP

Na mesma reunião, integrantes do Ministério Público de Santa Catarina (MP/SC), acompanharam aprovação do Projeto de Lei Com-

plementar 51/09, oriundo do MP, que reajusta os subsídios do quadro funcional. O reajuste será pago em duas parcelas: a primeira, de 5%, referente a setembro de 2009, e a segunda, de 3,88%, a ser paga a partir de 1º de fevereiro de 2010.

O MP afirma que, considerando que os subsídios dos ministros do Supremo Tribunal Federal e do Procurador-Geral da República foram recentemente reajustados, a aprovação do projeto é necessária para a manutenção da proporcionalidade e da Lei Orgânica do MP/SC.

De autoria do Executivo, foi aprovado o Projeto de Lei 366/09 trata dos estabelecimentos penais do Estado e cria as Unidades Prisionais Avançadas (UPAs) em Barra Velha, Campos Novos, Canoinhas, Capinzal, Correia Pinto, Imbituba, Indaial, Ituporanga, Itapema, Laguna, Porto União, São Francisco do Sul, São Miguel do Oeste e Videira.

Em relação à Medida Provisória 158/09, convertida em projeto de lei, sobre a fiscalização e coibição da comercialização irregular de combustíveis, o relator, Renato Hinnig, acolheu parcialmente emenda do deputado Edison Andrino (PMDB) e elaborou substitutivo global para ajustes.

Segurança cria comissão

Na reunião da Comissão de Segurança Pública, presidida pelo deputado Darci de Matos (DEM), foi aprovada a criação de comissão de parlamentares para mediar a negociação, no dia 28, com servidores da segurança. A busca do entendimento será em especial com os agentes prisionais, que se encontram em estado de greve.

Os agentes pedem a restituição do risco de vida aos agentes e monitores com solução desta questão no plano de carreira criado em março de 2006; tabela salarial que está "congelada" desde 2003, a qual não é estendido o abono dado aos cargos administrativos da Secretaria de Segurança Pública, assim como o não reajuste do vale alimentação; a terceirização e privatização de serviços em alguns setores e a instituição de uma data-base de negociação salarial.

A proposta da formação da Comissão foi feita pelo deputado Pedro Uczai (PT), que apresentou

ainda o pedido da realização de uma audiência pública para debater a PEC nº 308/04, que cria a polícia penal federal e as polícias penais estaduais.

O deputado Joares Ponticelli (PP), pediu também esclarecimentos do concurso público realizado pelo Estado. Segundo ele, 300 pessoas que se classificaram não foram chamadas para ocupar os cargos de agentes prisionais e policiais civis.

O deputado Sargento Amauri Soares (PDT), por sua vez, pediu a realização de audiência pública para discutir a questão salarial de servidores da área de segurança pública.

Segundo Sargento Soares, depois da declaração da inconstitucionalidade de dois artigos da Lei Complementar 254/2003, "o governo também não cumpriu a reposição". Para Soares, é fundamental que se crie uma nova legislação salarial para o setor.

A Associação de Mantenedoras Particulares de Educação Superior de Santa Catarina (Ampesc), esteve, dia 21, no Parlamento reivindicando a alteração da Lei nº 14.876/09, que prevê o uso de 0,3% do Fundo Social para o financiamento de bolsas de estudo integral em instituições de ensino superior. O grupo tomou a iniciativa com o objetivo de pedir

o apoio dos 40 deputados para aumentar o percentual destinado às universidades particulares. Eles defendem que a divisão do recurso seja proporcional aos alunos matriculados em cada unidade de ensino superior.

"A Ampesc quer que se respeite a paridade e o tratamento igualitário na distribuição dos percentuais. Entendemos que é

preciso fazer justiça à possibilidade de acesso e permanência de milhares de catarinenses no ensino superior, promovendo assim a inclusão social", disse o presidente da entidade, Marlon Jackson Tafner.

Conforme ele, a lei prejudica as faculdades particulares se forem comparados os números, uma vez que o sistema Acafe e a Ampesc têm, respectivamente, cerca de 160 mil e 120 mil alunos. Da forma como está hoje, o uso dos 0,3% do Fundo Social daria à Acafe 90% dos recursos, o que equivale a R\$ 13,5 milhões, e à Ampesc 10%, algo em torno de R\$ 1,5 milhão.

Estavam presentes os deputados Darci de Matos e Jean Kuhlmann, do DEM, Professor Sérgio Grandó (PPS), Kennedy Nunes (PP), Sargento Amauri Soares (PDT), Nilson Gonçalves (PSDB) e o líder do governo, deputado Elizeu Mattos (PMDB).



Alberto Neves

Deputados recebem representantes da associação, que reivindicam alteração

PLENÁRIO

Deputados rejeitam veto e mantêm vigilância nos estádios

Eduardo Guedes de Oliveira

A apreciação de duas mensagens de veto monopolizaram as atenções na sessão ordinária do dia 20. O veto ao Projeto de Lei (PL) nº 290/09, que trata da instalação de sistema de vigilância eletrônica em ginásios e estádios, foi rejeitado, enquanto que o veto ao PL nº 358/07, de autoria do deputado Narcizo Parisotto, que autoriza a instituição de Serviço Social Escolar, foi mantido pelo Parlamento.

Do deputado Edison Andrino (PMDB), o PL nº 290/09 estipula a obrigatoriedade de instalação de sistema de vigilância, por meio de câmeras de vídeo, nas arenas multiuso, ginásios desportivos e estádios de futebol credenciados para a realização de jogos oficiais. Declarada inconstitucional, a matéria recebeu veto total do Executivo, mas acabou sendo rejeitado por ampla maioria em Plenário.

Andrino subiu à tribuna para pedir apoio para a rejeição do veto. "Pensei que o governo poderia vetar a proposta por conta do mérito, observando que os clubes de futebol e estádios precisariam de prazo, mas jamais imaginei que o projeto fosse ser considerado inconstitucional. É um absurdo! Que me perdoe o governador, mas, juridicamente, ele está sendo muito mal assessorado. É preciso mais cuidado com os vetos. O Ministério Público já se manifestou pela legalidade e constitucionalidade da matéria", argumentou.

Andrino ainda destacou que a segurança pública tem sido abordada como um dos maiores problemas de Santa Catarina, mas quando se faz um projeto para coibir violência e atos que comprometem a população o governo vai de encontro. "Quando sugeri que a Secretaria

de Estado de Segurança Pública colocasse câmeras de vigilância na Lagoa da Conceição, onde nas noites de fim de semana circulam mais de 20 mil jovens à mercê de traficantes de drogas, também não foi atendido. Em compensação, o secretário de Estado da Segurança Pública ofereceu o benefício para regiões onde esta não é uma prioridade", apontou.

O parlamentar recebeu apoio de colegas, entre eles do deputado Professor Sérgio Grandó (PPS) e da deputada Professora Odete de Jesus (PRB). O deputado Kennedy Nunes (PP) salientou que monitoramento eletrônico em países desenvolvidos é uma prioridade e uma "arma de investigação". Enquanto que o deputado Sargento Amauri Soares (PDT) lembrou que sistema de vigilância eletrônico é importante, "principalmente nos presídios".



Deputados mantêm veto ao projeto que institui Serviço Social nas escolas

O deputado Pedro Uczai (PT), que como líder comunicou que sua bancada votaria pela rejeição, enfatizou uma preocupação: "A segurança em ambientes esporti-

vos é fundamental, mas é preciso que haja uma regulamentação do sistema para que não sejam utilizadas para fins que não lhe cabem", ressaltou.

Decisão contra Paulo Afonso repercute em Plenário

O deputado Renato Hinnig (PMDB) comunicou em Plenário dia 22 o acolhimento pelo desembargador Newton Trisotto do pedido de reconsideração da sentença, formulado pela defesa do ex-governador Paulo Afonso Vieira (PMDB), que havia sido condenado por improbidade administrativa ao contratar professores e implantar o vale alimentação, em 1998, no exercício do cargo.

Com isso, os efeitos condenatórios ficam suspensos até trânsito em julgado da sentença, quando se esgotam todas as possibilidades de recursos junto ao Supremo Tribunal Federal ou Superior Tribunal de Justiça. "Espero que seja reestabelecida a normalidade da situação, que entendo ter sido excessivamente severa, e que esta situação se reverta em definitivo nas instâncias superiores", declarou Hinnig.

O deputado Edison Andrino havia ocupado a tribuna, no dia 20, para criticar a decisão judicial, a qual chamou de "exagerada" contra o ex-governador. Embora tenha sido inocentado das principais acusações quanto à emissão de le-



Paulo Afonso: recurso

tras do Tesouro como governador, Paulo Afonso foi condenado por contratar servidores (professores) e criar um vale alimentação para funcionários da Educação após a eleição de 1998, o que seria vedado pela lei eleitoral. Andrino lembrou que após deixar a prefeitura de Florianópolis sofreu ação semelhante, por ter contratado de forma emergencial "43 funcionários para creches e postos de saúde". Segundo ele, durante 15 anos seu nome esteve ligado a um processo, que acabou arquivado.

Mudanças para perda de veículos

Foi aprovado dia 21 o Projeto de Lei nº 99/09, de autoria do deputado Joares Ponticelli (PP), determinando obrigatório o repasse de informações para o Departamento Estadual de Trânsito (Detran), pelas empresas seguradoras de veículos, dos danos que acarretaram em perda total do veículo.

Com a nova determinação, as seguradoras de veículos situadas em Santa Catarina são obrigadas a atuar em parceria com o Detran, sendo que o não cumprimento da comunicação feita entre ambas partes acarretará em multa, no valor de R\$ 5 mil, por veículo sinistrado.

Sancionada lei que controla as lan houses

O governador em exercício Leonel Pavan (PSDB) sancionou dia 22 a lei que disciplina o controle de usuários em estabelecimentos voltados à comercialização do acesso à internet no Estado. A matéria, aprovada dia 21 em Plenário, como Projeto de Lei nº 217/09, do deputado Darci de Matos (DEM), foi sancionada em tempo recorde. Pavan, que estava em viagem no Oeste catarinense e seguia para o Rio de Janeiro, fez uma parada no Aeroporto Hercílio Luz para a assinatura da nova lei.

Leonel Pavan afirmou que nestes últimos dias nunca se falou tanto em segurança. "Optamos por trabalhar pela segurança para qualificar cada vez mais nosso Estado". Sobre a lei, o governador acredita que, a partir de agora, muitos crimes serão evitados, em especial o uso de imagens de pornografia infantil. "Esse tipo de criminoso poderá ser encontrado e preso. A nova lei será mais um instrumento de combate à pedofilia, um crime hediondo. É mais uma forma de proteger nossas crianças", disse.

Desde março de 2009, o delegado Divisão Antisequestro da Diretoria Estadual de Investigações Criminais (DEIC), Renato Hendges, está investigando uma rede de pedofilia na Grande Florianópolis e 15 mandados de prisão estão esperando a aprovação da lei. "Agora que teremos esse cadastro, poderemos confirmar mais participações no crime e eles serão punidos".

Hendges declarou que em 42 anos de serviço nunca tinha visto algo tão absurdo. "Estou



Darci: autor da proposta

começando tratamento psicológico por tudo que vi. É bestial. Quando lembro, tenho vontade de chorar. Agora vamos poder prendê-los e as crianças catarinenses vão ter a chance de se sentir um pouco mais seguras". A entrada da proposta de Darci de Matos na Ordem do Dia de ontem foi solicitada pelo deputado Kennedy Nunes (PP), relator da matéria na Comissão de Direitos e Garantias Fundamentais. Segundo ele, esse tipo de legislação já existe em alguns estados brasileiros. "Santa Catarina já poderia estar com essa lei em vigor em 2006. Quando vi essas imagens fiquei impactado. Esse tipo de crime tem que ser combatido com severidade", finalizou.

A lei brasileira não possui o tipo penal pedofilia. O contato sexual entre crianças e adultos, se enquadra juridicamente no crime de estupro de vulnerável (art. 217-B, do Código Penal), com pena de oito a 15 anos de reclusão e é considerado crime hediondo.



Mota: projeto do mesmo teor

Entenda o projeto

Conforme a proposição de Darci de Matos, que teve apensado projeto de lei do deputado Manoel Mota (PMDB), com o mesmo teor, todos os estabelecimentos voltados à comercialização de acesso à internet, em funcionamento no Estado, deverão adotar sistema de monitoramento por câmeras de vigilância, em especial nos acessos aos computadores.

Também deverão manter, pelo prazo de dois anos, cadastro de todos os usuários, contendo o tipo e o número do documento de identidade apresentado, endereço e telefone, o equipamento usado, bem como os horários do início e do término de sua utilização e o Protocolo Internet (IP) do equipamento usado.

Os dados serão armazenados por meio eletrônico, ficando proibida sua divulgação, exceto mediante expressa autorização do cliente, pedido formal de seu representante legal ou ordem judicial.

ESPECIAL

Eduardo Guedes de Oliveira



Desembargadores dão sinal verde para a proposta, que foi tema da audiência pública promovida pela Comissão de Constituição e Justiça, da Assembleia Legislativa

Mais agilidade do Judiciário no Oeste

TJ acolhe reivindicação do Parlamento e amplia competência da Câmara Especial de Chapecó

Scheila Dziedzic

A mobilização da comunidade da região Oeste e de lideranças deu resultado e foi ampliada a competência da atuação da Câmara Especial Regional de Chapecó (CERC), que analisa processos em grau de recurso, até então julgados exclusivamente no Tribunal de Justiça. Em reunião do Pleno do Tribunal de Justiça no dia 21, os desembargadores aprovaram por unanimidade a resolução que amplia a competência da esfera, que passa a julgar os recursos de todos os processos que tramitam na área de abrangência da Câmara, que inclui 27 comarcas na região Oeste.

Com a decisão administrativa do TJ, cerca 4.800 processos serão julgados pela Câmara. Desde fevereiro de 2009, foram distribu-

ídos 1.130 processos. Destes, 974 já foram julgados, numa média de prazo de 15 dias. Com isso, estão tramitando em grau de recurso na Capital.

A ampliação da competência já havia sido defendida pelos desembargadores Edson Nelson Ubaldo, que preside a CERC, César Abreu e João Henrique Blasi, quando da audiência pública realizada pela Comissão de Constituição e Justiça, em Chapecó, no dia 15 de outubro. A reunião foi proposta pelo deputado Pedro Uczai (PT) para discutir o desejo da comunidade das 27 comarcas atendidas pela Câmara Especial.

Na audiência, foi aprovado um documento pedindo a ampliação. Proposto por Uczai, e referendado por diversas entidades representativas, o documento foi entregue minutos antes da reu-

nião do Pleno ao presidente do TJ, desembargador José Eduardo de Souza Varela, que deu ciência aos demais desembargadores durante a reunião, inclusive colocando este como primeiro assunto a ser discutido.

O tema foi trazido à discussão na Assembleia e recebeu todo o apoio dos demais parlamentares da região Oeste como o deputado Gelson Merísio (DEM), Padre Pedro Baldissera (PT), Narcizo Parisotto (PTB) e Dirceu Dresch (PT). "Está claro que esta é uma experiência vitoriosa, mais econômica e mais ágil, não somente para a sociedade, mas também ao TJ, o que me leva a acreditar que a extinção está descartada", comentou Uczai. Ele acrescentou que esta decisão do TJ é uma vitória de Chapecó e da região Oeste.

Repercussão no Pleno

Na sessão do Pleno, os desembargadores analisaram o relatório, de autoria do desembargador João Henrique Blasi, destacando os resultados positivos apresentados pelo órgão nos últimos sete meses. Blasi entende que, com as ações realizadas pela Câmara, estão sendo cumpridos dois princípios expressos na Constituição Federal: o da eficiência e o da razoável duração do processo, que apesar de ser um conceito subjetivo, sem dúvida atinge seu propósito com processos sendo julgados entre 15 e 30 dias. Razão suficiente para tornar definitiva a Câmara Especial Regional de Chapecó.

Entre os vários desembargadores que se manifestaram, César Abreu salientou que a Câmara Regional permite que as partes envolvidas acompa-

nhem de perto o andamento dos processos, provocando maior celeridade dos julgamentos. O sucesso desta experiência estimulou o Tribunal Regional do Trabalho, segundo Cesar Abreu, a dar o indicativo de que pretende instalar aos mesmos moldes uma Câmara Regional em Chapecó.

Os magistrados interpretam que a Câmara – que funcionará em caráter experimental até fevereiro de 2010 – poderá ser "testada" dessa forma em condições similares a outros órgãos fracionários de 2º Grau, com acervo semelhante.

Abreu elaborou uma cartilha demonstrando o sucesso da iniciativa. Segundo ele, a Câmara já julgou 974 processos e afirma que se transformada em definitiva, hoje não haveria um único processo para julgamento.

Saiba mais

A CERC possui competência para julgar algumas das ações de 2º grau de direito privado de 27 comarcas do Oeste - Chapecó, Coronel Freitas, Xaxim, Concórdia, Ipumirim, Itá, Seara, São Miguel do Oeste, Descanso, Itapiranga, Xanxerê, Abelardo Luz, Ponte Serrada, São Do-

mingos, Mondaí, Palmitos, São Carlos, Campo Erê, Quilombo, São Lourenço do Oeste, Cunha Porã, Maravilha, Modelo, Pinalzinho, Anchieta, Dionísio Cerqueira e São José do Cedro. Ao todo, atende 117 municípios, que perfazem 1,2 milhão de habitantes.



Miriam Zomer

Deputado Pedro Uczai, proponente da audiência pública, levou desembargadores a Chapecó